

Gazeta Mercantil

Empresários advertem para risco de apagão já em 2008

São Paulo, 11 de Outubro de 2005 - Documento da **Cbiee** pede ao governo mais transparência sobre o cenário de abastecimento. Investidores privados do setor elétrico querem mais transparência por parte do governo sobre o real cenário de abastecimento para os próximos anos. Em estudo que retrata encontro fechado de empresários promovido pela Câmara Americana de Comércio em agosto último, os investidores apontam risco de racionamento já em 2008. "A situação em que o país está já é grave. Não tem nenhuma medida unilateral, nenhuma varinha de condão que resolva o problema", disse o presidente da **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (Cbiee)**, **Claudio Sales**, porta-voz do grupo de empresários.

Sales disse que a principal exigência que o setor privado faz neste momento é entender com clareza quais os cenários que o governo traça para a oferta de energia. "O que causa espécie é por que tanta obscuridade", questionou **Sales**. "Por que não se tornam públicas as atas de reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico?", insistiu, referindo-se ao órgão que monitora as condições de abastecimento de energia do país num horizonte de cinco anos.

Segundo **Sales**, só a partir do reconhecimento pelo governo de que a situação é grave será possível adotar medidas mais racionais para enfrentar os riscos crescentes na relação oferta-demanda de energia. Pelo levantamento, considerando-se aumento anual da demanda de energia de 5% -- projeção do Operador Nacional do Sistema -- e a falta de investimentos em novas usinas nos últimos 30 meses, há risco de racionamento em algum momento de 2008.

Mas o cenário mais grave seria mesmo em 2009, de acordo com o estudo. No ano anterior, as hidrelétricas ainda poderiam operar com nível mais baixo nos reservatórios, transferindo para 2009 risco maior. O cenário se agravaria com a falta de gás natural para as usinas térmicas.

Segundo **Sales**, "a gravidade de risco de desabastecimento é tanta que o governo está impondo à Petrobras a obrigação de converter usinas de gás para óleo diesel e arcar com a diferença de custos entre os dois combustíveis". Essa diferença deve ficar entre US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões por ano, tomando como base a geração de 3 mil megawatts médios. Ainda não está claro, segundo ele, se a estatal realmente assumirá esse ônus, mas ele considera inaceitável transferir esse custo adicional ao consumidor.

O executivo que representa os investidores considerou também "assustador" que a Empresa de Pesquisa Energética, presidida pelo ex-secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, tenha celebrado o grande número de projetos candidatos para o leilão de energia nova, previsto para dezembro. **Sales** argumentou que dos 258 candidatos, entre 60 e 70 projetos referem-se a usinas que funcionarão à base de óleo diesel ou óleo combustível, o que implica custo elevado.

Qual a solução? Para os investidores, o governo só conseguirá atrair capital privado para atender mais da metade dos US\$ 4,7 bilhões por ano necessários na geração de energia no país se diminuir os riscos do investimento. Um exemplo é a adoção de "fatores de mitigação" dos riscos do investimento nos contratos para as usinas que serão leiloadas. Entre as medidas estariam ampliação de prazos para entrada em operação de usinas quando houver ineficiências no licenciamento ambiental.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 4)(Reuters)